

## **Curso de Gestão da Mobilidade Urbana**

### **Ensaio Crítico - Turma 4**

#### **Participação pública na elaboração do Plano de Mobilidade Urbana**

**Júlia Vansetti Miranda (\*)**

A Lei de mobilidade urbana trouxe uma série de mudanças importantes para a ótica do planejamento da mobilidade, começando pelo próprio conceito de mobilidade, que veio substituir ideias mais restritas como lidar com trânsito ou transporte público isoladamente. Outras alterações que chamam a atenção são a priorização do transporte não motorizado sobre o motorizado, e do transporte público sobre o individual, que representam uma inversão extremamente positiva dos valores que vinham sendo praticados nas cidades brasileiras de forma geral. Além disso, essa lei trouxe à tona a importância da discussão da distribuição do espaço viário e a inclusão da população nesse processo e, conseqüentemente, da participação popular no processo de criação e validação do plano de mobilidade.

Tenho trabalhado, nos últimos meses, no projeto de criação concomitante de planos de mobilidade para seis diferentes municípios do estado do Espírito Santo, com populações que variam de 17 mil a 200 mil pessoas. Tais municípios estão fora do escopo dos projetos de análise/reestruturação de transporte que tradicionalmente eram feitos anteriormente: apenas municípios maiores tinham interesse (ou talvez devesse dizer problemas?) e verba suficientes que justificassem a contratação de um projeto de reestruturação do sistema de transporte público, de uma análise dos problemas e soluções para o transporte em determinadas regiões da cidade, ou diretamente de uma análise de tráfego para determinados cruzamentos complexos.

Em minha opinião, antes da lei de mobilidade urbana, a visão predominante era a de que só se buscava uma solução depois de descoberto um problema. Não havia a valorização do planejamento como forma de evitar a ocorrência de congestionamentos, deficiências do transporte público e muito menos da mobilidade urbana. Afinal, andar a pé não dá status na maioria dos lugares.

A introdução da lei de mobilidade urbana obrigou os municípios a tomarem novas providências, a contratarem especialistas para auxiliar na criação do plano de mobilidade e se adequarem à nova legislação. Contudo, nem sempre os gestores ou técnicos envolvidos no processo por parte do município têm ciência do que significa um plano de mobilidade urbana, para que ele serve e que intuito tem. E sem esse entendimento, fica mais difícil haver a valorização do Plano de Mobilidade. Nesse sentido, considero extremamente importante a iniciativa da ANTP de criar cursos como este, de gestão da mobilidade urbana, para levar aos gestores esse conhecimento que é essencial para o êxito da Lei da mobilidade urbana.

A criação do plano de mobilidade de um município deve passar pelo processo participativo para identificar os problemas da cidade e os rumos que a população prefere para o futuro dela. Contudo, a ausência de apoio efetivo por parte do poder público para ajudar a divulgar a ocorrência das audiências públicas, escarecer sua importância e seus objetivos e colocar o responsável pela elaboração do plano em contato com as principais lideranças da cidade pode comprometer sensivelmente o resultado desse processo.

Mais que isso, a população e/ou as lideranças civis só vão se mobilizar para participar das audiências públicas se entenderem o que é o Plano de Mobilidade e quais são os seus potenciais impactos para o futuro da mobilidade, da cidade e de suas próprias vidas. Quando se trata da população de forma geral, ela sequer conhece o poder que pode ter na elaboração das diretrizes e metas para a mobilidade em sua cidade.

É notável que as pessoas, fora das sociedades civis organizadas, não tendem a acreditar que tem voz, que podem e devem se expressar e lutar pelos seus direitos. Com isso, mesmo que haja um processo participativo para a criação do Plano de Mobilidade, não é fácil convencer a população a participar. Na minha experiência, chega a ser difícil obter quórum nas oficinas de participação popular em cidades de 17 mil ou de 200 mil habitantes se não houver um intenso apoio da prefeitura em divulgar o processo e incentivar a participação.

E a questão remanescente é como mudar a cultura da participação popular, e inculcá-la numa população que não acredita nela? Que não se sente representada pelos seus governantes, que não confia nas esferas de poder executiva, legislativa e judiciária, como evidenciado por uma pesquisa recente do DataFolha. O desejo geral seria ter governantes e representantes éticos, que exercessem seus cargos públicos a serviço dos eleitores de forma moral e transparente. Na ausência da satisfação deste anseio, é necessário achar meios de prosseguir com o planejamento da mobilidade de forma ampla e democrática.

Um caminho possível seria investir pesadamente em propaganda local sobre o Plano de Mobilidade, suas características e importância, para, após essa etapa inicial de conscientização, ser possível obter participação popular no processo de planejamento da mobilidade do município.

Outro caminho possível, mas para o longo prazo, seria incentivar a discussão dos conceitos básicos de trânsito, transporte público, meios não motorizados, direitos e distribuição do espaço viário já na escola, inculcando nas crianças desde cedo a ideia de que elas podem e devem participar na discussão sobre o desenvolvimento da sua cidade.

Acho que seria interessante o governo federal tirar proveito do momento político atual, em que a saída das pessoas às ruas para pedir melhores condições de transporte (entre outros) ainda está fresca na memória e investir na disseminação do conhecimento, apresentando e divulgando os conceitos da Lei de Mobilidade Urbana por meio de seus recursos de rádio e TV. À medida que a população abraçar a ideia, passará a haver a pressão popular para que os gestores iniciem o planejamento da



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS-ANTP

mobilidade da cidade, ou para apoiar a iniciativa dos gestores que já tiverem tomado essa iniciativa.

Assim sendo, fica a sensação positiva de que o futuro da mobilidade será melhor para todos, por todo o país. O começo pode ser um pouco desafiador, mas já temos o caminho a seguir.

*(\*) Júlia Vansetti Miranda é Analista LOGIT.*